

ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS FAMILIARES

Viviane Terres Ribeiro

UNIAMÉRICA - Faculdade União das Américas (Foz do Iguaçu – PR)

Lígia Ebner Melchiori

UNESP - Universidade do Estado de São Paulo (Bauru-SP)

Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues

UNESP - Universidade do Estado de São Paulo (Bauru-SP)

Resumo

Esse trabalho identificou características familiares de um adolescente em conflito com a lei, suas relações afetivas com seus genitores e com pessoas de diferentes contextos, descrevendo as práticas educativas das duas gerações: adolescente e genitores. Participaram o adolescente, seu pai e sua mãe. Foram utilizados quatro instrumentos para a coleta de dados: Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, respondido pela mãe, instrumento de Medida de Estilo de Apego e a Técnica do Modelo Esquemático do Tapete, respondidos pelo adolescente e Inventário de Estilos Parentais – IEP, respondido pelos três participantes. Além desses instrumentos, também foi realizada uma consulta ao prontuário do adolescente. Para a família pesquisada verificou-se a presença de muitos fatores de risco e alguns de proteção e entende-se que a condição sócio histórica e cultural contribuiu em muito para a condição do conflito com a lei desse jovem. Os dados são discutidos com base na teoria bioecológica de Bronfenbrenner.

Palavras-chave: Adolescente em conflito com a lei; Ambiente familiar; Transmissão intergeracional.

Abstract

Teenager on probation: analysis of the influence of family variables

This work identified familiar features in an adolescent in conflict with law, the affective relations with his/her parents and with people in different contexts – describing the educative practices of two generations: the adolescent and his/her parents. Participated this research an adolescent, his father and his mother. Four instruments to data collection were used: the Family Characteristics Questionnaire, answered by the mother; the instrument of Attachment Style Measure and the Carpet Schematic Model Technique, which were answered by the adolescent; the Parental Styles Inventory (PSI), answered by the three participants. In addition to that instruments, the researchers made a search to the medical chart of the adolescent. At the researched family, many risk factors and some protection ones were verified. It is possible to understand that the socio-historical and cultural conditions greatly contributed to the conflict condition with the law of that teenager. Data were discussed based on the bioecological theory of Bronfenbrenner.

Keywords: Adolescents in conflict with the law; Family environment; Intergenerational transmission.

**Adolescente em liberdade assistida:
análise da influência de variáveis
familiares**

O crescimento do cometimento de atos infracionais por adolescentes traz preocupações cada vez maiores. A dificuldade está no enfrentamento da sua multideterminação, incluindo fatores que vão muito além do individual, uma vez que envolvem aspectos sociais, culturais e políticos, sendo impossível separá-lo das questões ambientais.

Entre os fatores de risco descritos pela literatura nessa fase estão a dificuldade de aprendizagem e baixa escolaridade; violência na família; violência no meio social; consumo de drogas e pobreza; presença de genitores que cometem atos infracionais (Gallo & Williams, 2005; Passamani & Rosa, 2009; Schenker & Minayo, 2005; Vargas & Marinho, 2008) e assistência familiar escassa (Assis & Constantino, 2005; Murray, Anselmi, Gallo, Fleitlich-Bilyk & Bordin, 2013).

Assis e Constantino (2005) descrevem que a ausência materna ou a presença, mas com padrão de interação com dificuldade de impor limite ou disciplina, está relacionada à manifestação de comportamentos problemas nos filhos.

Murray e outros. (2013) também associaram o uso de severa punição e abuso físico à manifestação de comportamentos inapropriados nos filhos. Esses autores acrescentam a esses fatores a comorbidade de problemas de saúde mental na criança e adolescente, problemas de saúde mental nos genitores, baixa religiosidade e baixo status socioeconômico. Tais resultados explicitam o quanto fatores individuais e ambientais têm forte poder de predição do comportamento violento dos jovens que entram em conflito com a lei.

Pacheco e Hutz (2009) investigaram variáveis individuais e familiares preditoras de “comportamento antissocial” (p. 213) de 311 adolescentes (autores ou não de atos infracionais). Em relação às práticas educativas dos pais desses jovens, algumas variáveis familiares ocorreram com maior frequência no grupo de adolescentes que cometeram atos infracionais: (a) a não interferência dos genitores, com maior destaque para os pais; (b) o aconselhamento por parte dos genitores, no sentido de auxiliar o jovem a se proteger de ser ferido ou preso durante o ato infracional; (c) o reforçamento por parte da mãe, contingente a comportamentos de risco dos adolescentes; e (d) a punição física por ambos os

genitores, com destaque para os pais. Já nas famílias de adolescentes que não cometeram ato infracional foi maior a presença de castigo ou privação de privilégio material. Passamani e Rosa (2009) encontraram, em seu estudo, associação entre baixa escolaridade, pobreza, violência presente no meio social com práticas educativas negativas, concluindo que tais variáveis aumentam a probabilidade de atos infracionais.

Assis e Souza (1999) desenvolveram um estudo com dois grupos de adolescentes, um com os que cometeram ato infracional (G1) e, outro, com seus irmãos ou primos que não o fizeram (G2). Todos eram oriundos de uma comunidade de baixo poder aquisitivo e com alto nível de violência. O objetivo do estudo foi investigar os motivos que levavam jovens a trilhar diferentes caminhos, visando ampliar o conhecimento a respeito da prevenção de atos infracionais nessa faixa etária. Entre as distinções que foram observadas entre os dois grupos estão: (a) maior convivência do G2 com os seus genitores, quando crianças; (b) menor envolvimento da família do G2 com criminalidade; (c) maior instabilidade nos cuidados iniciais dos jovens do G1; (d) maior distanciamento do G1 com a família ampliada; (e) no G1 qualquer trabalho

servia pra obter dinheiro ou mesmo aspirar a ascensão à vida do crime enquanto que, no G2 foi relatado planejamento futuro mais ambicioso e maior noção de direitos e deveres. O que os dois grupos apresentaram foram jovens com visão muito positiva de si mesmo, com a diferença de maior controle da agressividade no G2.

A frequência à escola e o acesso a trabalho remunerado são considerados fatores de proteção ao envolvimento de comportamentos que levam a atos infracionais. Assis (1999) destaca que, comumente, os empregos são bastante restritos para adolescentes com baixa escolaridade, não fortalecendo uma crença positiva do jovem em relação a si mesmo. Por isso, acabam não dando um significado especial a esta atividade no sentido de uma “carreira” profissional, de modo que a escola não é um foco central para muitos dos adolescentes. Consequentemente, a baixa escolaridade é resultado do quanto as escolas estão despreparadas para oferecer uma educação inclusiva, valorizando as “diversas linguagens e culturas presentes na nossa sociedade” (Santos & Bastos, 2002, p. 52).

Adolescentes cumprindo medida de liberdade assistida participaram de uma pesquisa que identificou a dificuldade de a escola lidar com eles, ou seja, com alunos

que comumente estavam envolvidos com situações de indisciplina e atos violentos quando no ambiente escolar (Silva & Salles, 2011). Wang e Freedricks (2013), com dados coletados de 1272 adolescentes norte-americanos, de etnia e nível econômico diversificado, concluíram que os adolescentes que tiveram quedas no engajamento comportamental e emocional com a escola tenderam a ter um aumento dos atos infracionais e uso de substâncias ao longo do tempo, e acabaram abandonando a escola.

Com o objetivo de investigar os vínculos afetivos de adolescentes em conflito com a lei, Sánchez (2012) destaca que a ligação mais forte é com a mãe. A autora conclui que, apesar da figura materna se ausentar pelas exigências laborais, por novos encontros afetivos ou mesmo por dificuldades em assumir o cuidado com os filhos, delegando-os a outras pessoas, essas situações não geraram o mesmo efeito que a ausência do pai. Destacou, ainda, que a ligação afetiva entre o adolescente e sua mãe é caracterizada por sentimentos positivos de gratidão, amor, compreensão, independentemente das práticas relacionais violentas que tenham ocorrido anteriormente. Segundo a autora, o amor é a vertente mais importante do vínculo entre a mãe e o filho e se sobrepõe às ausências

e falhas maternas e/ou aos comportamentos de desobediência do filho, à transgressão dos limites e às agressões à mãe. Zane (2010) destaca o forte vínculo mãe-adolescente em conflito com a lei em internação e a presença constante delas nas visitas semanais aos filhos e na instituição. Já a ausência do pai é sentida de forma muito diferente, segundo Sánchez (2012) o adolescente idealiza um pai presente como condição definitiva de família ideal, providente e doador que, ao não estar presente, obriga a mãe a cumprir estes papéis se ausentando do papel de cuidadora, protetora da família. Sendo assim, os pais são vistos como ausentes e distantes, evocando sentimentos de frustração, raiva e vergonha que, na maioria dos casos, não são sanados com a presença de um padrasto, convertendo-se na figura que nega a presença de um lar idealizado.

Branco, Wagner e Demarchi (2007) destacam a necessidade de uma figura paterna mais presente e valorizada para os adolescentes infratores. Essas autoras também destacam a figura da mãe como sempre a primeira a ser lembrada, seguida dos irmãos.

Em relação às práticas parentais, há maior ou menor probabilidade de os filhos enfrentarem a transição para a adolescência de forma tranquila e sadia (Bolsoni-Silva

& Marturano, 2002; Calheiros & Monteiro, 2007; Carvalho & Gomide, 2005; Prust & Gomide, 2007). Segundo Gomide (2006) as práticas educativas compõem o estilo utilizado pelos pais para orientar e educar seus filhos. A autora descreve duas práticas educativas positivas que contribuem para o desenvolvimento de comportamentos pró-sociais: a Monitoria Positiva e o Comportamento Moral (Gomide, 2006). Verifica-se que a atenção adequada, a existência de regras claras, o afeto e o acompanhamento dos genitores, em relação aos filhos, são favoráveis. O exemplo socialmente adequado dos pais ou responsáveis também favorece a aquisição do comportamento moral nos filhos, por exemplo, quando demonstram a importância do trabalho em suas vidas, ou ainda, quando orientam e esclarecem sobre o uso de drogas lícitas ou ilícitas.

A manifestação de comportamentos que levam os adolescentes a conflito com a lei no âmbito familiar, também pode estar relacionada, entre outros aspectos, às cinco práticas educativas parentais negativas: Negligência, Abuso Físico, Disciplina Relaxada, Punição Inconsistente e Monitoria Negativa (Gomide, 2006; Gomide, Salvo, Pinheiro & Sabbag, 2011). Os pais ou responsáveis, ao manifestarem um comportamento pouco afetivo, com práticas disciplinares que geram dor física

ou moral aos filhos, com excesso de fala e regras sem se preocuparem em fazê-las cumprir, entre outros comportamentos, acabam contribuindo para que haja um ambiente de contato familiar empobrecido e desagradável. Observou-se que os fatores mais significantes para o surgimento ou a continuidade de comportamentos antissociais de adolescentes expostos a altos índices de violência foram, em primeiro lugar, sofrer punição física grave no ambiente doméstico, seguidos de exposição indireta à violência urbana (Sá, Curto, Bordin & Paula, 2009).

Em um estudo longitudinal, Vandell, Belsky, Burchinal, Steinberg e Vandergrift (2010) concluíram que os efeitos da má qualidade dos cuidados na primeira infância são evidenciados na média adolescência, mais de uma década depois, quando os jovens apresentam maior número de comportamentos de risco e, entre eles, a impulsividade e problemas de comportamento externalizantes. Crianças e adolescentes filhos de pais com comportamentos inconsistentes tendem a apresentar déficits cognitivos e sociais que predizem comportamentos inadequados e fracasso escolar no ensino fundamental (Dodge, Greenberg, Malone, & Conduct Problems Prevention Research Group, 2008). Esses autores acrescentam que, quando não há supervisão e monitoria

parental adequada na infância, observa-se a presença de comportamentos violentos no filho adolescente e, também, o estabelecimento de relações com outros jovens que também manifestam comportamentos violentos.

Considerando o que dificulta ou neutraliza os fatores de risco para comportamento violento (fatores de proteção) estão: frequentar a escola e ser bem sucedido academicamente; viver em um ambiente livre de violência intrafamiliar e, receber educação com supervisão, diálogo, afeto e limites (Castro & Teodoro, 2014; Gallo & Williams, 2005). A promoção de uma vida saudável, incluindo a família, a escola, o grupo de pares, a comunidade e a mídia no entorno ao qual a criança e o adolescente estão inseridos possibilita que eles possam ter oportunidades de crescimento e desenvolvimento adequado (Schenker & Minayo, 2005). Essas autoras destacam que a família tem um papel crucial e que, quando este grupo atua com manifestações afetivas positivas e com padrão comunicativo adequado, passa a ter maior possibilidade de promover um desenvolvimento saudável em seus filhos. No entanto, destaca-se que a situação ideal é, muitas vezes, distante da realidade encontrada nas famílias, não por culpa dos genitores, mas pelas condições

socioeconômicas em que vivem e pelo desconhecimento de práticas parentais positivas, pela ausência de modelos positivos e dificuldade de acesso a conhecimentos sobre desenvolvimento infanto-juvenil.

Pesquisas intergeracionais têm concluído que há transmissão de estilos parentais em relação à criação dos filhos (Böing, 2014; Kitamura, Shikai, Uji, Hiramura, Tanaka e Shono, 2009; Oliveira e outros, 2002; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). Kitamura e outros (2009) concluíram que os estilos parentais e as características de personalidade foram transmitidos ao longo de três gerações e que os estilos parentais têm influência direta na formação da personalidade. Já Weber e outros (2006), investigando a transmissão intergeracional de estilos parentais, concluíram que os aspectos negativos, como por exemplo a punição inadequada, modelos inconsistentes, comunicação negativa, clima conjugal negativo, entre outros, permaneceram nas três gerações avaliadas. Já os aspectos positivos como mais afeto, melhor comunicação entre mães e filhas, melhoraram de uma geração para a outra.

Oliveira e outros (2002), também encontraram que as práticas parentais de risco foram mais transmitidas intergeracionalmente do que as

experiências positivas ou normalizadoras do desenvolvimento. Outros pesquisadores encontraram a associação entre o abuso físico, com a prática de maus tratos com filhos, ou seja, a transmissão intergeracional dessa prática (Berlin, Appleyerd & Dodge, 2011).

A literatura mostra que a presença do comportamento infrator se deve a uma multiplicidade de fatores que requerem intervenções no âmbito de políticas públicas que poderiam minimizar a ocorrência desse padrão de comportamento nos adolescentes. Entretanto, conhecer com mais detalhes um desses jovens e seu relacionamento familiar, pode auxiliar na condução de trabalhos pontuais com famílias que estão em fase de acompanhamento em diferentes serviços de saúde.

Partindo da multideterminação dos problemas de comportamentos apresentados pelos adolescentes, esse artigo utilizou-se da teoria bioecológica de Bronfenbrenner (1996) como referencial teórico para analisar os dados de um adolescente em conflito com a lei. A teoria bioecológica permite uma visão mais ampla da situação de vida desse adolescente, uma vez que sua análise abarca a Pessoa, o Processo, o Contexto e o Tempo (PPCT).

Foram levantadas as características individuais de um adolescente e a maneira como reage ao ambiente, por meio de seu histórico acadêmico e infracional, no núcleo Pessoa. No Contexto, foi abordado o microsistema no qual o adolescente se encontra, ou seja, características e relações familiares, com suas práticas educativas e vínculos afetivos. Outros microsistemas considerados foram a escola, os amigos e a igreja e a relação do adolescente com eles. No exossistema se verificou fatores que estão presentes na vida do adolescente, mas que ele não consegue intervir: baixa escolaridade dos genitores; baixa renda familiar; bairro violento, entre outros. As condições socioculturais, que todos estão submetidos, fazem parte do macrosistema. O núcleo Processo estaria representado pelas relações familiares, os vínculos afetivos e as práticas educativas. Já no Cronossistema, a passagem do tempo foi contemplada na medida em que se avaliou as práticas educativas não só recebidas pelo adolescente, mas também a que os seus genitores receberam.

Esse trabalho objetivou identificar fatores potenciais para o desenvolvimento de comportamentos de infração às leis de um adolescente, considerando suas características e as de sua família, incluindo a influência transgeracional nas práticas educativas recebidas, além da sua

relação com outros contextos significativos, como a escola, grupo de amigos e igreja.

Método

O método utilizado nessa pesquisa foi o estudo de caso que, segundo Gil (2008), se caracteriza pelo estudo profundo de uma situação, permitindo ampliar e detalhar as injunções adstritas à mesma.

Participantes

Participaram desta pesquisa três membros de duas gerações de uma família: um adolescente em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida, com 15 anos de idade, sua mãe, com 36 anos e seu pai, com 37 anos.

Instrumentos e forma de aplicação

Foram utilizados quatro instrumentos de coleta de dados. O Questionário de Caracterização do Sistema Familiar, adaptado de Dessen (2011), composto por três partes: (a) questões de identificação da família em estudo; (b) dados demográficos da família, incluindo informações sobre escolaridade, ocupação, renda familiar, religião, condições de

moradia e constelação familiar; (c) dados relativos à caracterização do sistema familiar, incluindo informações sobre atividades de lazer, rotina diária e rede de apoio social. Foi aplicado na genitora do adolescente e foi a base para a caracterização da família pesquisada. O questionário foi lido pela pesquisadora, que assinalava as respostas obtidas através da genitora.

Também foi utilizado o Instrumento de Medida de Estilo de Apego (Attachment Style Measure), de Hazan e Shaver (1986), com tradução para essa pesquisa, que apresenta três tipos de questões relacionadas aos três tipos gerais de apego definidos por Ainsworth (1969): o Seguro, o Inseguro Ambivalente/Ansioso e o Inseguro Evitante. Esse instrumento foi utilizado com o adolescente, que teve a tarefa de selecionar a frase que descrevia melhor como ele percebia como era tratado por seu pai e sua mãe.

Com o objetivo de verificar os vínculos sociais e afetivos do adolescente foi utilizada a Técnica do Modelo Esquemático do Tapete (Four Field Map), adaptado de Dunn e Deater-Deckard (2001), que consiste em um tapete com três círculos concêntricos divididos em quatro partes. O círculo central é reservado para o participante-alvo se colocar e os demais representam diferentes níveis de afeto:

amo, gosto, não gosto. Na versão original havia cinco níveis de afeto, incluindo o amo muito e gosto muito, que foram reduzidos aos três níveis citados para tornar mais objetiva a tarefa do adolescente. A divisão em quatro partes refere-se a: família, escola, grupo de amigos e outro contexto de escolha do participante, que escolheu a igreja. A pesquisadora apresentava o tapete confeccionado em feltro e os bonecos de EVA com características de mulher ou de homem sobre uma mesa. O adolescente escolhia as pessoas, representadas pelos bonecos de EVA e os colocava sobre o feltro. A pesquisadora anotava as respostas e, no final, fotografava a construção do tapete.

Para avaliar as sete práticas educativas parentais, positivas e negativas, foi utilizado o Inventário de Estilos Parentais-IEP (Gomide, 2006), que contém duas versões: uma para o genitor ou genitora (Práticas Educativas Maternas e Paternas) e outra para o filho (Práticas Parentais Maternas e Práticas Parentais Paternas). O IEP foi aplicado na versão original quando se verificou como os genitores consideram que educam seu filho adolescente e com o adolescente, para verificar como ele considera que sua mãe e seu pai o educaram. Esse instrumento foi adaptado, tendo os verbos sido colocados

no passado, se referindo a como os genitores consideram que foram educados por seus pais quando adolescentes. Na aplicação individual, a pesquisadora leu as questões e as possibilidades de respostas, dando a oportunidade para que os participantes acompanhassem as alternativas lidas, assinalando diante de cada um deles as respostas obtidas.

Além desses instrumentos, também foi realizada consulta ao Prontuário do adolescente no CREAS II¹ obtendo-se informações sobre a história de vida dele: escolarização; conflito com a lei cometido e medidas socioeducativas recebidas; ocupação; e os resumos de atendimentos realizados pelos técnicos do local. Esses dados foram utilizados para complementar a caracterização do adolescente, especialmente quanto ao ato infracional.

Cada instrumento foi analisado de acordo com as orientações de seus autores.

Procedimento de coleta de dados

O primeiro passo foi a submissão do projeto à coordenadora do CREAS II, seguido da submissão ao Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da UNESP, tendo sido aprovado nas duas instâncias. O

¹Centro de Referência Especializada em Assistência Social II (CREAS II), responsável pelo gerenciamento das medidas socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PPSC) e Liberdade Assistida (LA).

segundo passo foi contatar o adolescente e solicitar sua anuência, aí então os familiares foram consultados. Com o adolescente a coleta ocorreu na sede do CREAS II, em uma única sessão individual. Com os genitores, os dados foram coletados em visitas familiares, tendo sido necessárias duas visitas na casa da mãe do adolescente e uma na casa do pai.

Resultados e Discussão

A análise das variáveis sociodemográficas possibilitou um maior conhecimento do adolescente (núcleo Pessoa), e do seu contexto familiar (microsistema) ao longo do tempo.

O adolescente reside com sua genitora, o companheiro dela (com 23 anos de idade) que convive com eles há seis meses, e uma irmã (com 11 anos de idade). Os genitores são separados há 10 anos. A mãe referiu que ela e o marido brigavam muito, o que culminou com a separação do casal. O pai mantém contato com a família, convivendo com os filhos e ajudando financeiramente.

A avó paterna, residente há poucas quadras da casa do neto, é uma figura constante na sua vida. O adolescente já chegou a morar alguns anos com ela, logo após a separação de seus genitores. A casa

do adolescente fica no mesmo terreno que a avó materna, mas o adolescente não se relaciona com ela há alguns anos.

Quanto à religião, a mãe define-se católica, mas comenta que ela, seu companheiro e, às vezes a filha, frequentam três vezes por semana um grupo de oração evangélica.

O genitor vive um recasamento e mora em outro bairro com sua atual esposa e um filho deste novo relacionamento. Ele tinha o hábito de ingerir bebida alcoólica desde que tinha 15 anos de idade. No momento está conseguindo manter-se sóbrio e com emprego fixo.

A breve descrição de características da família possibilitou identificar alguns fatores de risco. A dinâmica familiar inicial em que esse adolescente viveu era conflituosa. O fato de a mãe ter passado a ser a principal responsável pela família após a separação também pode ser indicativo de fator de risco, uma vez que famílias monoparentais geralmente sofrem mais impactos negativos, devido ao estresse familiar, uma vez que há um único provedor, cuidador e educador (Gallo & Williams, 2005; Dib, Bazon & Silva, 2012). Tais dados também foram constatados por Assis e Constantino (2005) e Assis e Souza (1999) como maior instabilidade nos cuidados iniciais do adolescente infrator devido às brigas

constantes entre os familiares ou à separação dos pais. Além disso, o alcoolismo do pai pode ter influenciado nas interações exercidas dentro da família, com a esposa e filhos. Os efeitos de possível má qualidade nos cuidados da primeira infância podem refletir na média adolescência, com problemas de comportamentos problemáticos externalizantes (Vandell e outros, 2010). No caso da família pesquisada verificou-se padrão de instabilidade relacional.

Mas como fatores protetivos pode-se indicar a presença constante da avó paterna, a presença do próprio pai, embora um pouco mais distante e, também, a frequência a um ambiente religioso pelos familiares, embora a mãe não tenha citado o adolescente nesse quesito (Murray e outros, 2013).

O adolescente está cursando a quinta série do ensino fundamental, por imposição do juizado da vara de infância, uma vez que havia abandonado a escola aos 14 anos, tendo obtido várias suspensões escolares e repetido de ano mais de três vezes. Ele foi inserido no PPSC (Programa de Prestação de Serviço à Comunidade) por roubo à residência, tendo como medida socioeducativa a Liberdade Assistida, no período de seis meses.

A genitora estudou até a terceira série do ensino fundamental, está

desempregada e, enquanto isso, presta serviços ocasionais em uma lanchonete em fins de semana. O pai tem o segundo grau completo e trabalha como eletricitista. O companheiro da mãe é motorista de caminhão, não registrado e estudou até a sexta-série. A irmã está na quinta série do ensino fundamental.

Como fator de risco, constata-se nessa família, a pouca escolaridade dos genitores, principalmente da mãe e um processo de escolarização do adolescente permeado por conflitos. Tais fatores também foram encontrados por outros autores em populações de adolescentes em conflito com a lei (Assis & Constantino, 2005; Galo & Williams, 2005; Passamani & Rosa, 2009; Sá e outros, 2009; Santos & Bastos, 2002; Schenker & Minayo, 2005; Silva & Salles, 2011; Wang & Fredricks, 2013).

A mãe afirma que ela e seu companheiro recebem mensalmente pouco mais de meio salário mínimo. A casa em que vivem é cedida pela avó materna. Residem em bairro com alta incidência de violência, em casa de alvenaria, com dois quartos, em boa condição de habitabilidade, pintada, com piso, azulejo, água encanada, esgoto e banheiro dentro da casa. Possuem os móveis adequados a cada cômodo, além de TV, vídeo, som e computador. Embora a presença de móveis

e dispositivos eletrônicos na residência, a renda mensal declarada é baixíssima, fator de risco aliado à violência no bairro (Assis & Souza, 1999; Gallo & Williams, 2005; Passamani & Rosa, 2009; Sá e outros, 2009; Schenker & Minayo, 2005).

A família, no geral, apresenta bom estado de saúde. A avó materna sofreu um acidente vascular cerebral do qual está se recuperando. O adolescente necessita realizar uma cirurgia para corrigir um olho com estrabismo.

A mãe refere que recebe ajuda das avós materna e paterna e de uma vizinha, em caso de necessidade, constituindo uma razoável rede de apoio, fator destacado como positivo por diferentes autores (Branco, Wagner & Demarchi, 2007; Siqueira, Betts & Dell'Aglio, 2006; Zane, 2010). No entanto, ela também relata que não conta com ninguém em termos de instituição ou profissionais, o que indica que o contato com psicólogos e outros profissionais do CREAS, da escola, da própria igreja que frequenta, entre outras instituições, não são percebidas como uma rede de apoio por ela. Pode-se concluir que a rede de apoio social da genitora é limitada quando se trata de auxílio para a problemática atual do filho, ou seja, o envolvimento em pequenos atos infracionais.

Práticas educativas parentais

A análise das práticas educativas presentes nessa família permitiu a percepção do contexto no qual esse adolescente está inserido, assim como da influência de outras variáveis presentes no seu microsistema, avaliadas a partir das práticas educativas maternas e paternas do ponto de vista de todos os participantes (pai, mãe e adolescente).

O objetivo foi identificar se há uma influência intergeracional na forma de educar o filho que possa auxiliar na compreensão da ocorrência de comportamentos disruptivos no adolescente. Na Figura 1 são apresentadas as práticas educativas parentais positivas e negativas do ponto de vista do adolescente, como ele percebe que foi educado por seus genitores. Os percentuais obtidos da avaliação do adolescente foram considerados de risco, tanto para o pai quanto para a mãe (mãe<5, pai=15), com indicação de terapia para ambos, segundo o instrumento utilizado. Por outro lado, a avaliação que seus genitores fazem de suas próprias práticas educativas para com esse filho atingiram os mesmos percentuais (mãe<5, pai=15), indicando a qualidade do instrumento utilizado e a coerência entre as respostas do adolescente e de seus genitores.

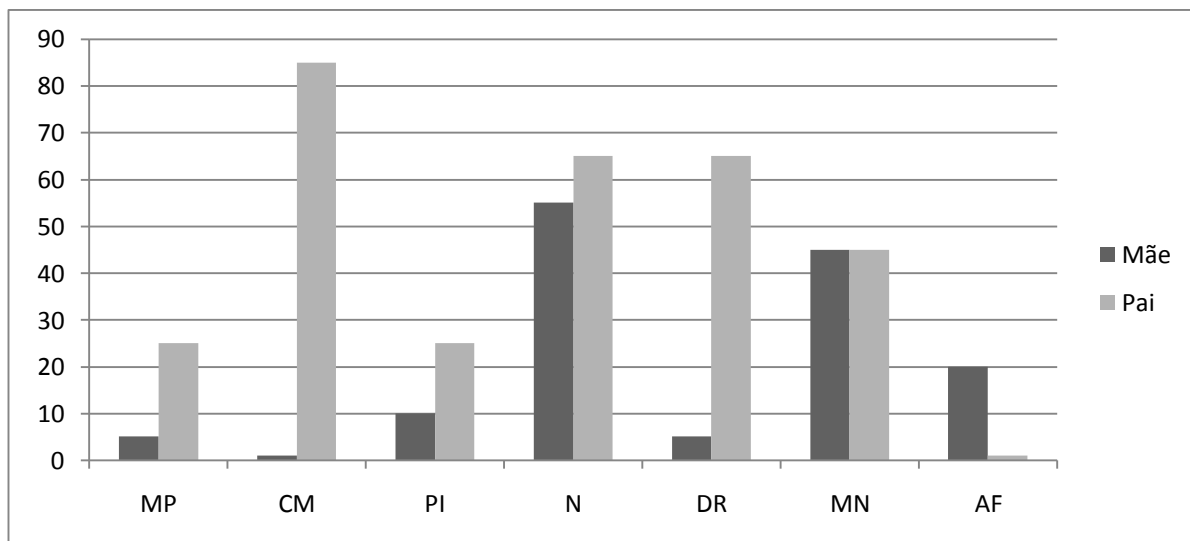


Figura 1: Práticas educacionais materna e paterna, segundo a percepção do adolescente.

Pode-se verificar que as práticas positivas utilizadas pela mãe, sob o ponto de vista do adolescente, a Monitoria Positiva (MP) e o Comportamento Moral (CM), são consideradas de “alto risco”, praticamente ausentes do repertório de práticas dela (MP=5 e CM= 0). Entre as práticas negativas, o adolescente avalia a mãe como utilizando mais práticas como Punição Inconsistente (PI=10), Disciplina Relaxada (DR=5) e Abuso Físico (AF=20).

Analisando como o adolescente avalia as práticas educacionais de seu pai observa-se que ele relata mais a prática positiva de Comportamento Moral (CM) (classificada como “ótima”) enquanto que

a Monitoria Positiva (MP) foi classificada como “regular abaixo da média”. Todavia, utiliza com alta frequência Abuso Físico (AF=0) e Punição Inconsistente (PI=25).

A Figura 2 mostra como os genitores julgam quais as práticas educacionais utilizadas para educar seu filho. A percepção dos genitores de como educaram seu filho foram classificadas como regular abaixo da média tanto em relação ao Comportamento Moral (CM), quanto em relação à Monitoria Positiva (MP). Das práticas negativas observa-se que a mãe relatou o uso frequente de todas elas, enquanto o pai relatou menos uso de Disciplina Relaxada e Punição Inconsistente.

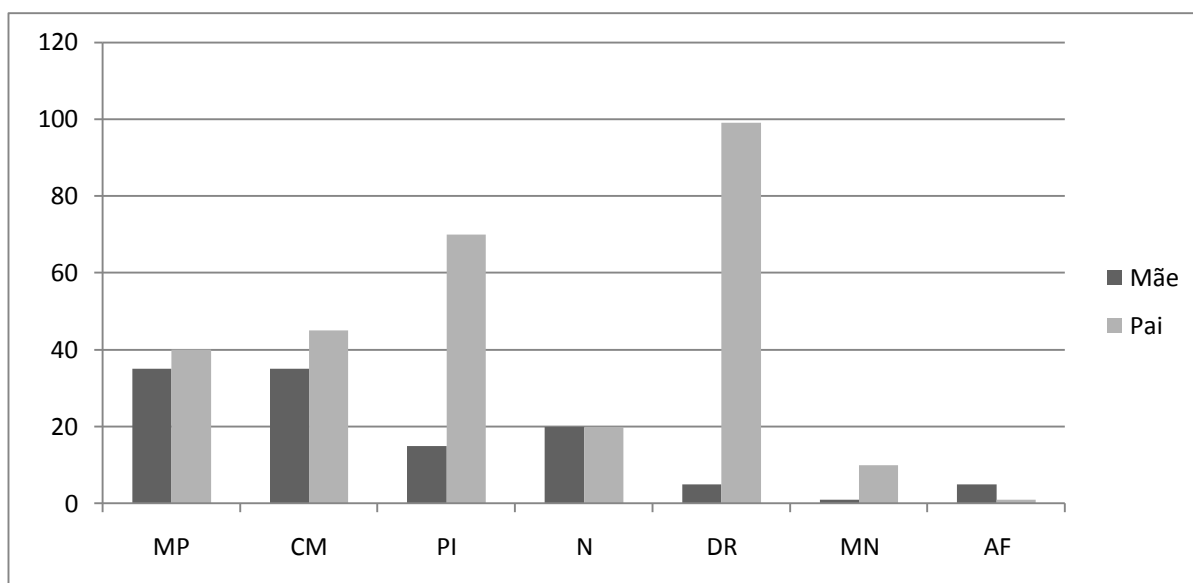


Figura 2: Práticas educativas materna e paterna, segundo a percepção dos próprios genitores.

Comparando o relato do adolescente com os dos pais observa-se que o adolescente atribui ao pai práticas melhores do que ele atribui à mãe, coincidindo com a avaliação dos próprios genitores. Todavia, sua convivência foi mais próxima da mãe, portanto mais exposto a práticas educativas inadequadas. Diversas pesquisas a respeito de práticas parentais e comportamentos inadequados apontam para uma relação entre as práticas parentais inadequadas (ou ineficazes) e comportamentos inadequados e/ou delinquentes, por parte dos filhos (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Calheiros & Monteiro, 2007; Carvalho & Gomide, 2005; Prust & Gomide, 2007).

Saber como os pais avaliam a educação que receberam pode auxiliar a compreensão da influência não só do contexto, mas do tempo, considerando a transmissão intergeracional de práticas parentais a respeito da educação de filhos. Em relação a como a mãe percebe como foi a educação recebida de seus genitores, o percentual das respostas em relação a sua genitora é menor ainda que o dela com seu filho (avó materna= <1), e o de seu pai maior (pai=45).

A Figura 3 mostra como a mãe avalia a educação que recebeu. Sob seu ponto de vista, tanto o pai quanto a mãe não utilizaram práticas positivas e, das negativas, a mãe apresentava alto índice de Punição Inconsistente, Monitoria Negativa e Abuso Físico. Seu pai, todavia apresentava uma frequência menor de

práticas negativas, se comparado com a mãe.

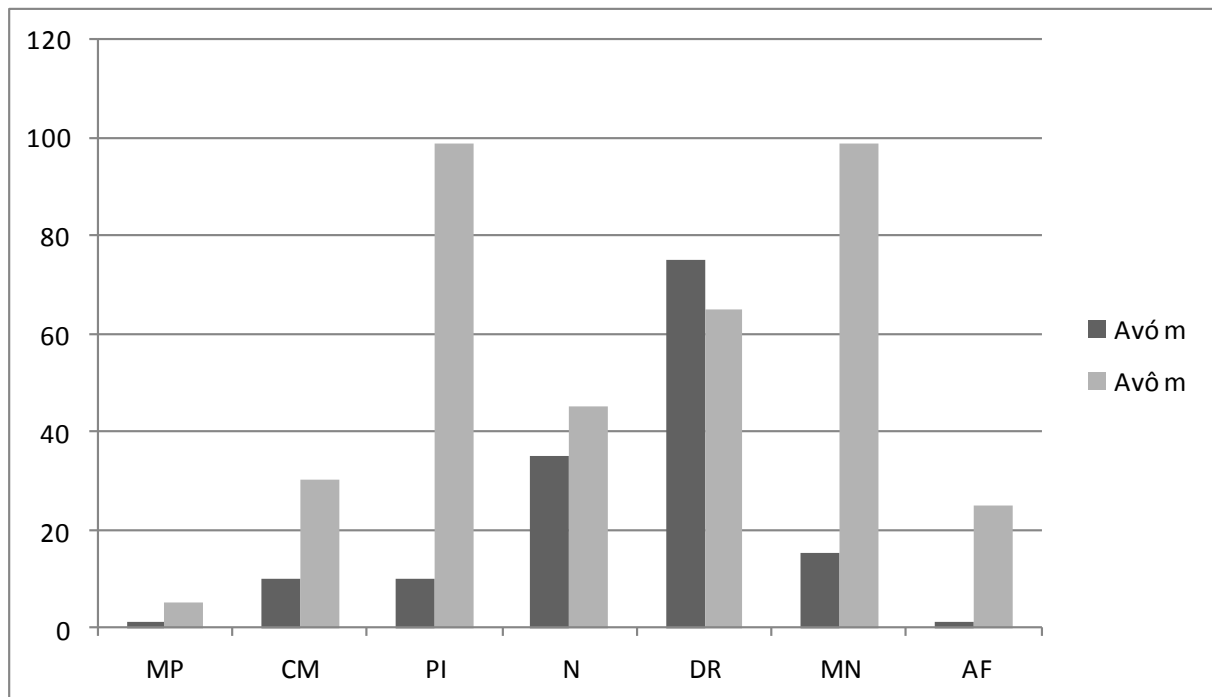


Figura 3. Como a mãe avalia a maneira como foi educada.

Comparando as práticas a que a mãe foi exposta e a que utilizou com o filho observam-se poucas práticas positivas e uso excessivo de negativas. Apesar disso, a mãe conseguiu implementar uma maior quantidade de práticas educativas positivas a seu filho do que a que recebeu de seus genitores, embora ainda abaixo da média. Por outro lado, as práticas negativas que recebeu, principalmente de sua mãe, como a Punição Inconsistente, Negligência, Monitoria negativa e Abuso Físico foram implementadas a seu filho, segundo sua própria visão, acrescida da Disciplina Relaxada. Esses dados são semelhantes aos

encontrados por Weber e outros, (2006) e Oliveira e outros, (2002).

Já o pai do adolescente percebe que teve uma educação com práticas mais positivas, sendo que sua mãe apresentava uma prática que pode ser categorizada como regular acima da média (avó paterna=55), e seu genitor como regular, necessitando de treinamento (avô paterno=40).

A Figura 4 mostra como o pai avalia a educação que recebeu. Na sua visão, tanto seu pai quanto sua mãe utilizaram poucas práticas positivas. Porém, a mãe mais do que o pai. Das negativas a mãe utilizava mais as práticas

de Disciplina Relaxada e Monitoria Negativa. O pai apresentava alto índice de três práticas negativas, a Negligência, a Monitoria Negativa e o Abuso Físico, apresentando uma frequência maior de práticas negativas, se comparado com a

mãe. Comparando as práticas a que o pai do adolescente foi exposto e a que utilizou com o filho observa-se índices parecidos de práticas positivas, porém apresentou práticas negativas piores do que a que recebeu de seus genitores.

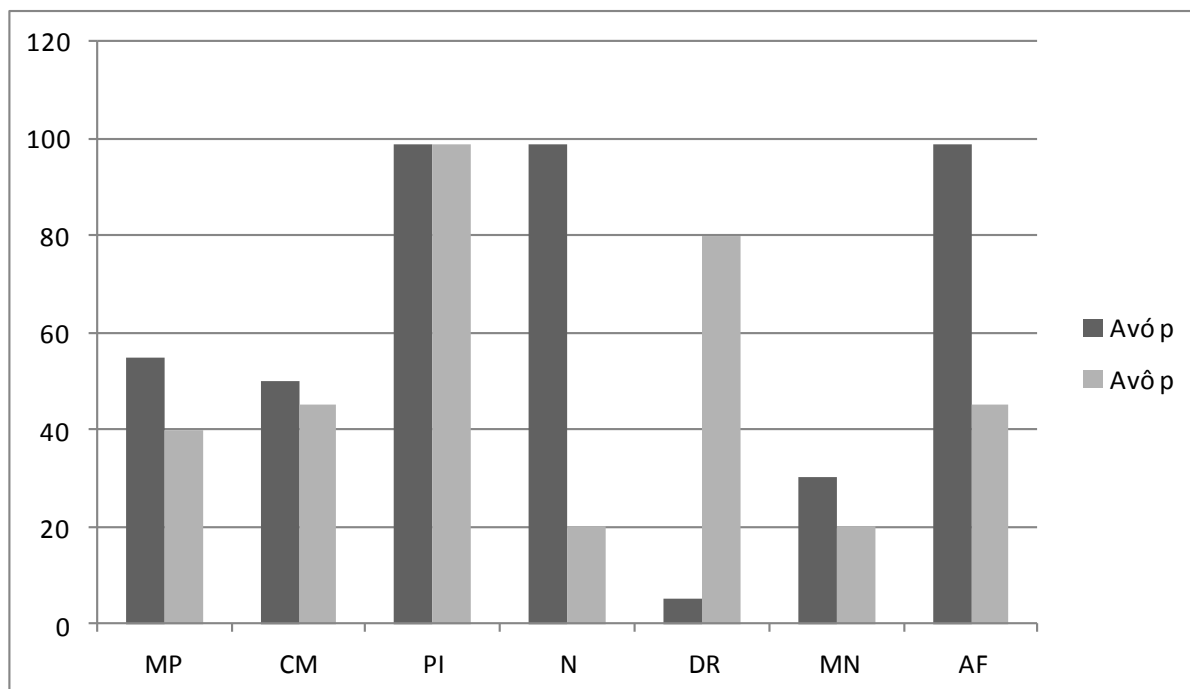


Figura 4. Como o pai avalia a maneira como foi educado.

Pode-se verificar que a figura paterna do adolescente recebeu uma prática educativa menos conflituosa do que a que ele ofereceu a seu filho, em sua própria percepção.

Uma vez que a manifestação de comportamentos violentos, do ponto de vista familiar, pode estar relacionada com as práticas educativas recebidas, no caso

desse adolescente avaliado percebe-se a baixa Monitoria Positiva e Comportamento Moral, aliadas a presença da Punição Inconsistente, Disciplina Relaxada, Abuso Físico e Monitoria Negativa, como uma constante na sua vida, segundo sua percepção.

Esses dados são sugestivos de como os problemas podem se agravar de uma geração para outra com a falta de

suporte e orientações adequadas, criando-se um círculo vicioso que tende a se perpetuar, corroborando com outros pesquisadores que afirmam haver manutenção de práticas educativas negativas entre gerações, onde se destaca a Punição Física (Berlin e outros, 2011), a Monitoria Negativa e a Punição Inconsistente (Gomide e outros, 2005).

Tipo de vínculo com os genitores:

Foi investigado quem são as pessoas que o adolescente ama, gosta e não gosta em quatro contextos: família, escola, grupo de amigos e a igreja. O adolescente citou 26 pessoas, sendo oito da família, oito amigos, sete da escola e três da igreja.

Na família, o adolescente afirma amar a mãe, o pai e a avó paterna, gostar do companheiro da mãe, de sua irmã e de um tio e não gostar da avó materna. Em relação ao tipo de vínculo de apego obtido, ele apresentou o apego Seguro em relação a sua mãe, indicando que “ela geralmente foi amorosa e presente em sua vida, capaz de reconhecer quando precisava de apoio e quando devia deixá-lo sozinho e que a relação entre eles quase sempre foi boa”. Esse dado é muito interessante e, ao se olhar as práticas educativas maternas em relação ao adolescente verifica-se uma forte incongruência.

Destaca-se que Sánchez (2012) mostrou que os sentimentos entre o filho e a mãe são muito fortes e positivos, mesmo que tenham sido estabelecidas práticas relacionais violentas anteriormente, e que essa ligação é uma via de mão dupla, sendo que mãe e filho se perdoam e se amam. Zane (2010) e Branco, Wagner e Demarchi (2007) também destacam a forte ligação de adolescentes infratores com suas figuras maternas.

No caso desse adolescente há também uma forte ligação com a avó paterna, que pelo fato de não ser uma ligação secundária, é um forte referencial positivo, uma vez que ela é trabalhadora, alegre e sempre presente na vida do neto, segundo informações do neto e da nora, além de ter apresentado mais práticas positivas na educação do filho, pai do adolescente.

Já em relação ao pai, o adolescente escolheu a frase que caracterizou o apego como sendo Inseguro Ambivalente/Ansioso, indicando “que age de modo inconstante com ele, às vezes amoroso e outras não, que os compromissos paternos influenciaram na forma dele agir com ele e que, embora o pai o ame, nem sempre isso foi demonstrado da melhor forma”. O pai, embora uma presença não diária, mostra-se constante na vida do filho e provavelmente

é descrito de uma forma mais realista e congruente com a prática educativa que forneceu.

Em relação aos amigos, afirma amar um jovem que foi morto, gostar de seis amigos do gênero masculino e não gostar de outro garoto. Na escola relata que ama duas adolescentes com quem já ficou, gosta de quatro colegas do gênero masculino e não gosta de um. Na igreja afirma só amar Jesus, gostar de um amigo do gênero masculino e não gostar de outro menino. Sánchez (2012) encontrou a presença de outras ligações afetivas dos adolescentes infratores pesquisados, embora em um nível mais secundário e, no caso das amigadas, elas geralmente são efêmeras, uma vez que variam muito.

Todas essas relações afetivas e as práticas educativas fazem parte dos microssistemas desse adolescente. A presença de afeto com vários familiares (mãe, pai, avó paterna, companheiro da mãe, irmã, tio) é um fator de proteção importante (Castro & Teodoro, 2014; Gallo & Willians, 2005; Sánchez, 2010).

Considerações Finais

Essa pesquisa teve como objetivo identificar as características familiares de um adolescente em conflito com a lei, suas relações afetivas, as práticas educativas

que recebeu dos genitores e as que eles receberam de seus avós. Para a família pesquisada verificou-se a presença de muitos fatores de risco e alguns de proteção.

Como fatores de risco destacam-se as brigas e separação do casal, o pai alcoolista, instabilidade familiar, baixa renda, baixa escolaridade, principalmente da mãe, suspensões e repetições de ano pelo adolescente, residência em bairro violento, práticas educativas parentais negativas recebidas principalmente pela mãe e passadas para o filho e, rede de apoio limitada, embora presente.

Como fatores de proteção destacam-se os vínculos afetivos do adolescente, principalmente com alguns familiares, a presença afetiva da avó paterna, fonte de segurança para o adolescente e o fato de a família frequentar ambiente religioso.

Diante do entendimento bioecológico de Bronfenbrenner (1996) de que o ser humano tem características biopsicológicas que se alteram ao longo da vida e que as interações entre organismo e ambiente afetam um ao outro como em um sistema, entende-se que a condição sócio histórica e cultural contribuiu em muito para a condição do conflito com a lei desse jovem.

Com isso, reforça-se a importância de investimentos em políticas públicas e sociais envolvendo não só o jovem, mas todo seu entorno familiar e os ambientes que frequenta, como a escola por exemplo. Estas ações devem envolver todo o conjunto de estruturas concêntricas no qual se insere o adolescente e seus familiares, que vivem em condição de vulnerabilidade social, promovendo transformações nos diversos sistemas que os adolescentes participem (família, escola, comunidade). Pode-se indicar a esta família intervenções em termos de atendimento psicossocial do adolescente e do grupo familiar, além de manter e aumentar a articulação da rede de serviços disponíveis no município.

Os atendimentos psicossociais auxiliariam na compreensão dos processos que ocorrem individualmente (Pessoa) e, também, na conscientização do microsistema familiar sobre suas relações, por exemplo, os conflitos familiares mais caracterizados com a avó materna, e com alguns episódios mais intensos de agressão do pai ao adolescente, em especial nas situações em que estava alcoolizado. Podendo ser abordado, entre outros aspectos, a influência intergeracional (Tempo) de padrões de comportamentos, de práticas educativas parentais (Processo), além dos aspectos do ambiente com alto índice de violência aos quais todos os

familiares estão inseridos (Contexto/Macrossistema).

Para manter e aumentar a articulação da rede de serviços a esta família, destaca-se o reforço que o CREAS II deve oferecer no sentido de acompanhamento ao adolescente, mas também o de incluir ações de integração e acolhimento na escola, onde o jovem foi aceito mais por ordem judicial do que por ser um adolescente que necessita de estudar e aprender. Sugere-se, também, a implementação de ações no bairro com inserção do adolescente em atividades no contra turno escolar, com participação em atividades esportivas, bem como a inserção de toda sua família em atividade de lazer e diversão, buscando momentos de mais contato e comunicação entre eles.

Não se pode deixar de hipotetizar que se essa família pudesse experimentar um apoio socioemocional desde o início, a probabilidade de sua história ter sido diferente aumentaria. Chaves e Rabinovich (2010) destacam que adolescentes em conflito com a lei apresentam dificuldades, uma vez que tem ações que se voltam contra a sociedade, mas que a sociedade se mostra alheia a essa juventude e as dificuldades que eles e sua família enfrentam desde crianças. A necessidade de enfrentar esse problema e oferecer um futuro digno aos futuros adolescentes desse

país e aos que já estão nessa fase do ciclo primordiais em nossa sociedade.
de vida deve ser um dos objetivos

Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relationships, dependency and attachment: a theoretical review of the infant-mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025. DOI: 10.2307/1127008.
- Assis, S. G., & Constantino, P. C. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(1), 81-90. DOI: 10.1590/S1413-81232005000100014.
- Assis, S. G. (1999). *Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida dos jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Assis, S. G., & Souza, E. R. (1999). Criando Caim e Abel: Pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência e Saúde Coletiva*, 4(1), 131-144. DOI: 10.1590/S1413-81231999000100011.
- Berlin, L. J., Appleyerd, K., & Dodge, K. A. (2011). Intergenerational Continuity in Child Maltreatment: Mediating Mechanisms and Implications for Prevention. *Child Development*, 82(1), 162-176. DOI: 10.1111/j.1467-8624.2010.01547.x.
- Böing, E. (2014). *Relações entre coparentalidade, funcionamento familiar e estilos parentais em uma perspectiva intergeracional*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia, Natal*, 7(2), 227-235. DOI: 10.1590/S1413-294X2002000200004.
- Branco, B. M., Wagner, A., & Demarchi, K. A. (2007). Adolescentes infratores: rede social e funcionamento familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 125-132. DOI: 10.1590/S0102-79722008000100016.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Calheiros, M. M., & Monteiro, M.B. (2007). Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência. *Análise Psicológica*, 25 (2), 195-210.
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 22(3), 263-275. DOI: 10.1590/S0103-166X2005000300005.
- Castro, A. M. F. M., & Teodoro, M. L. M. (2014). Relações familiares de adolescentes cumprindo medida socioeducativa restritiva de liberdade: Uma revisão da literatura. *Temas em Psicologia*, 22(1), 1-12. DOI: 10.9788/TP2014.1-01.
- Chaves, R. A., & Rabinovich, E. P. (2010). Voz da poesia, vozes do poeta: um jovem em conflito com a lei. *Temas em Psicologia*, 18(1), 243-254. DOI:10.1023/A:1006824100041.
- Dessen, M. A. C. (2011) Questionário de caracterização do sistema familiar. In: WEBER, L.N.D. & DESSEN, M. A. (org.) *Pesquisando a família: instrumentos para coleta e análise de dados* (pp. 115-131). Curitiba: Juruá.
- Dib, M. A.; Bazon, M. R., & Silva, J. L. (2012). Família e conduta infracional na adolescência: revisão sistemática da literatura. *Perspectivas em Psicologia*, 16(1), 142-159.
- Dodge, K.A., Greenberg, M.T., Malone, P.S., & Conduct Problems Prevention Research Group (2008). Testing an idealized dynamic cascade model of the development of serious violence in adolescence. *Child Development*, 79, 1907-1927. DOI: 10.1111/j.1467-8624.2008.01233.x.
- Dunn, J., & Deater-Deckard, K. (2001). *Children's Views of Their Changing Families*. Layerthorpe, Inglaterra: Joseph Rowntree Foundation.
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95. <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1028/745>.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Manual do inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Petrópolis: Vozes.

- Gomide, P. I. C., Salvo, C. G., Pinheiro, D. P. N., & Sabagg, G. M. (2005). Correlação entre práticas educativas parentais, depressão, estresse e habilidades sociais. *Psico-USF*, 10(2): 169-178. [DOI:10.1590/S1413-82712005000200008](https://doi.org/10.1590/S1413-82712005000200008).
- Hazan, C., & Shaver, P. (1986). Parental caregiving style questionnaire. Unpublished questionnaire.
- Kitamura, T., Shikai, N., Uji, M. Hiramura. H., Tanaka, N., & Shono, M. (2009). Intergenerational transmission of parenting style and personality: Direct influence or mediation? *Journal of Child and Family Studies*, 18, 541–556. DOI: 10.1007/s10826-009-9256-z.
- Murray, J., Anselmi, L., Gallo, E. A.G., Fleitlich-Bilyk, B., & Bordin, I. A. (2013). Epidemiology of childhood conduct problems in Brazil: Systematic review and meta-analysis. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 48(10), 1527-1538. :DOI: 10.1007/s00127-013-0695-x.
- Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 1-11. [DOI: 10.1590/S0102-79721997000100002](https://doi.org/10.1590/S0102-79721997000100002).
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000200009>.
- Passamani, M. E., & Rosa, E. M. (2009). Conhecendo um Programa de Liberdade Assistida pela percepção de seus operantes. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(2): 330-345. DOI: 10.1590/S1414-98932009000200010.
- Prust, L. W. & Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(1), 232-247. doi.org/10.1590/S0103-166X2007000100006
- Sá, D. G. F., Curto, B.M., Bordin, I. A. S., & Paula, C. S. (2009). Exposição à violência como risco para o surgimento ou a continuidade de comportamento antissocial em adolescentes da região metropolitana de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11 (1), 179-188. <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/09.pdf>

ADOLESCENTE EM LIBERDADE ASSISTIDA: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DE VARIÁVEIS
FAMILIARES

- Santos, M. F. & Bastos, A. C. S. (2002). Padrões de interação entre adolescentes e educadores num espaço institucional: Resignificando trajetórias de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 45-52. DOI: 10.1590/S0102-79722002000100006.
- Sánchez, P. V. (2012). La experiência vinculante afectiva del sujeto adolescente infractor. *Revista Latino-Americana de Ciências Sociais, Niñez y Juventud*, 10(1), 453-465. <http://redalyc.org/articulo.oa?id=77323982028>
- Schenker, M. & Minayo, M. C. S. (2005). Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(3): 707-717. DOI: 10.1590/S1413-81232005000300027.
- Siqueira, A. C., Betts, M. K., & Dell`Aglia, D. D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia*, 40(2), 149-158.
- Silva, I. R. O., & Salles, L. M. F. (2011). Adolescente em liberdade assistida e a escola. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 28(3), 353-362. DOI:10.1590/S0103-166X2011000300007.
- Vandell, D. L., Belsky, J., Burchinal, M., Steinberg, L., & Vandergrift, N. (2010). Do effects of early child care extend to age 15 years? results from the NICHD study of early child care and youth development. *Child Development*, 81(3), 737-756. DOI:10.1111/j.1467-8624.2010.01431.x.
- Vargas, J. D., & Marinho, F. C. (2008). O programa liberdade assistida em Belo Horizonte. *Educação & Realidade*. 33(2), 147-162.
- Wang, M-T., & Fredricks, J. A. (2014). The reciprocal links between school engagement, youth problem behaviors, and school dropout during adolescence. *Child Development*, 85(2), 727-737. DOI: 10.1111/cdev.12138.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M.G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414. DOI: 10.1590/S0103-863X2006000300011
- Zane, V. C. (2010). *Adolescentes em conflito com a lei e suas famílias*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências, Unesp, Bauru.

As Autoras:

Viviane Terres Ribeiro possui mestrado em Psicologia pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003), tem especialização em Docência do Ensino Superior (2004). Atualmente é professora da Faculdade União das Américas - UNIAMÉRICA e da Associação Educacional Iguazu - Cesufoz. em Foz do Iguazu - PR

Lígia Ebner Melchiori cursou pós-doutorado na Universidade de Murcia-Espanha, de agosto de 2010 a fevereiro de 2011, fez pós-doutorado na universidade de Brasília (2005), doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1999), mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (1987) e graduação em Psicologia pela FFCL de Rib Preto - USP (1978). Atualmente é professora no Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Bauru, UNESP - Bauru-SP.

Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues possui graduação em Formação de Psicólogo pela Fundação Educacional de Bauru (1976), graduação em Licenciatura em Psicologia pela Fundação Educacional de Bauru (1976), mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (1984), doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1995) e livre-docência em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Atualmente é Professora Adjunta do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Faculdade de Ciências, campus de Bauru, Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru-SP

Endereço para correspondências:

Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – Faculdade de Ciências – Unesp – Bauru-SP. Av. Engenheiro Luiz Edmundo Carrijo Coube 14-01, Vargem Limpa, CEP 17033-360, telefone: 3103-6077, <http://www.fc.unesp.br/#!/pos-graduacao/mestrado-doutorado/psicologia-do-desenvolvimento-e-aprendizagem/>

Enviar correspondência para: Lígia Ebner Melchiori, fone: (17) 99665-1388, no endereço acima.

Recebido em: 29/07/2015

Aprovado em: 12/08/2015